Acordo bilateral Brasil – China deve ser revisado.

**Autor: Erika Jardim, médica veterinária e especialista em comércio exterior, especialista em inovação e difusão tecnológica**

O Acordo bilateral Brasil-China que trata da comercialização de proteína animal firmado em 2015 e que prevê a suspensão voluntária pelo Brasil, portanto, não se trata de auto embargo, da exportação de carne para a China quando detectado caso de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EBB) de maneira temporária, até a confirmação de atipicidade, pelo laboratório de referência, deve ser revisado principalmente em função do enorme volume de carne exportada para aquele País, que acarreta grandes prejuízos aos pecuaristas brasileiros, na medida em que apenas 1 caso em determinada região afeta todo o território brasileiro.

No ano de 2021, onde ocorreram casos atípicos, a China demorou 100 dias para retomar a importação de carne brasileira, portanto há necessidade da maior transparência possível do serviço oficial de inspeção e defesa sanitária animal do Ministério da Agricultura bem como da agilidade da agência de defesa estadual do Pará, em tomar todas as medidas necessárias para que a suspensão dure o menor tempo possível, o que tem sido alcançado.

Neste momento o cenário não é tão ruim quanto em 2021, já que estamos com os animais a pasto, e com maior poder de retenção pelo pecuarista, e pelas indústrias, que também poderão realocar os abates para que não haja excesso de carne nas câmaras frias, que causaria queda acentuada nos preços, que já começaram a baixar, principalmente no mercado Paraense, mas que poderá afetar toda a cadeia de pecuária de corte, em um ano de baixa no ciclo pecuário, onde naturalmente ocorre um aumento de abate de fêmeas e, consequente, de oferta de carne.

Outro ponto que deverá acelerar a retomada da exportação, é o fato da China nos meses finais do ano de 2022 não ter importado volumes tão grandes de carne que pudessem estar estocados e, portanto, o País para atender a sua demanda atual de consumo deverá buscar voltar a importar nossa carne brevemente, já que nossos mercados concorrentes não têm capacidade produtiva e preço para os atender.

Podemos dizer que o que tiramos de lição deste momento, é primeiro que nossos serviços de defesa sanitária são confiáveis e seus processos têm funcionado, a bem dizer em função do compromisso e da capacidade técnica dos servidores públicos estaduais e federais, apesar de necessitarem sempre de fortalecimento institucional e apoio político em suas decisões. Segundo ponto é que nossos Acordos precisam ser analisados e revistos periodicamente, de maneira a ser sempre um negócio bom para todos, vendedores e compradores, em suas expectativas presentes e futuras. Precisamos também reforçar a necessidade de buscarmos sempre a ampliação dos mercados para que não fiquemos reféns de apenas um grande comprador que nos fragiliza e nos torna vulneráveis.

E por fim, como já disse antes, buscar o fortalecimento da pecuária em termos de gestão do agronegócio da carne, através de disseminação de tecnologia, integração dos elos da cadeia, fidelização de parcerias, fortalecimento das organizações representativas do setor, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social – PAC do setor agropecuário, é que a pecuária alcançará a excelência nos resultados e consequentemente maior credibilidade no mercado.

Organizações de pecuária, governos, setor industrial e de varejo têm um papel fundamental na busca de uma imagem positiva da pecuária brasileira. Uma comunicação pró ativa e efetiva em tempos extremamente competitivos, que não dê margem a questionamentos e ilações que prejudicam a classe pecuarista, mas sobretudo o setor e o País, permitirá a reconstrução da imagem da carne brasileira no Mundo.